



Ao primeiro dia do mês de outubro do ano de dois mil e vinte e cinco, realizou-se, pelas dezasseis horas e quarenta e nove minutos, na Sala de Sessões dos Paços do Concelho, uma reunião ordinária da Câmara Municipal de Setúbal.

A reunião foi presidida pelo Sr. Presidente da Câmara, André Valente Martins e na mesma estiveram presentes os Srs. Vereadores, Carla Alexandra Potrica Guerreiro (CDU), Fernando Miguel Catarino José (PS), Carlos Alberto Mendonça Rabaçal (CDU), Vítor Manuel Ramalho Ferreira, Patrícia Alexandra das Dores Paz Rodrigues (PS), Pedro Sérgio Fernandes Pina (CDU), Fernando Mimoso Negrão (PPD/PSD), Sónia Isabel Leal Maurício Martins (PPD/PSD), Ana Rita Carvalho (CDU).

A senhora Vereadora Sandra Marina Lopes Frota esteve presente em substituição do senhor Vereador Joel Alexandre Neves Marques (PS), ficando o pedido de substituição e o documento de verificação da identidade e legitimidade do membro substituto arquivados em pasta anexa à presente ata, sob os registos n.ºs 1 a 3.

Secretariou a reunião o Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças, António Manuel Palhas de Jesus Pereira de acordo com n.º 3 do Artigo 24.º do Regulamento da Organização de Serviços em vigor.

A Ordem de Trabalhos da reunião foi entregue a todos os membros, nos termos do n.º 2 do Artigo 25.º do Código do Procedimento Administrativo, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 04/2015, de 07 de janeiro, e consta em pasta anexa à presente ata, sob o registo n.º 4.

Ordem de Trabalhos

A) Período de Antes da Ordem do Dia

- 1. Informações à Câmara (eventual apresentação)**
- 2. Assuntos diversos de interesse para a autarquia**

B) Período da Ordem do Dia

- 1. Projeto da Ata n.º 19/2025 - Reunião ordinária de 03 de setembro de 2025**
- 2. Deliberação n.º 591/2025 – Proposta n.º 42/2025 – GAP – Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal para aquisição de viatura**
- 3. Deliberação n.º 592/2025 – Proposta n.º 43/2025 – GAP – Empreitada de Reabilitação da Rede de Água em Azeitão – 5.ª Fase - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**
- 4. Deliberação n.º 593/2025 – Proposta n.º 44/2025 – GAP – Empreitada de Reparação de Pavimentos no Concelho de Setúbal - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**
- 5. Deliberação n.º 594/2025 – Proposta n.º 45/2025 – GAP – Fornecimento de combustíveis rodoviários ao abrigo do lote 1 do Acordo-Quadro de fornecimento de combustíveis rodoviário em Portugal Continental, celebrado pela ESPAP para o ano de 2026 - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS**

6. **Deliberação n.º 595/2025 – Proposta n.º 164/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Contrato de Locação Financeira Imobiliária n.º 20006911 [aquisição] – Compra antecipada**
7. **Deliberação n.º 596/2025 – Proposta n.º 165/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Concessão do direito de exploração do estabelecimento designado por “Delice Garden”, sito na Praça do Bocage, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal - Prorrogação do prazo**
8. **Deliberação n.º 597/2025 – Proposta n.º 166/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Pote de Água, Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3 – 4.º Dto., da Freguesia de S. Sebastião**
9. **Deliberação n.º 598/2025 – Proposta n.º 167/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3 – 4.º Direito, da Freguesia de S. Sebastião**
10. **Deliberação n.º 599/2025 – Proposta n.º 168/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Pote de Água, lote 7, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 1.º A, da Freguesia de S. Sebastião**
11. **Deliberação n.º 600/2025 – Proposta n.º 169/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, lote 7, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 1.º A, da Freguesia de S. Sebastião**
12. **Deliberação n.º 601/2025 – Proposta n.º 170/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, lote 3, Rua António Carvalho Serra, n.º 5 – 1.º D, da Freguesia de S. Sebastião**
13. **Deliberação n.º 602/2025 – Proposta n.º 171/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Concessão do direito de exploração e equipamento do restaurante do Parque Urbano de Albarquel - Prorrogação prazo**
14. **Deliberação n.º 603/2025 – Proposta n.º 172/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Protocolo de cedência de utilização pelo Município de uma parcela de terreno à Associação Cristã da Mocidade de Setúbal (YMCA Setúbal)**
15. **Deliberação n.º 604/2025 – Proposta n.º 175/2025 – DAF/DICONT – 6.ª Alteração Permutativa ao Orçamento Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades Municipal e 6.ª ao Plano Plurianual de Investimentos**
16. **Deliberação n.º 605/2025 – Proposta n.º 26/2025 – DEB/DIAPE – Parecer para Regime de Exceção dos Horários Duplos nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo da Rede Pública do Concelho de Setúbal 2025/2026**
17. **Deliberação n.º 606/2025 – Proposta n.º 46/2025 – DOM – CP 16/2017 – Requalificação dos passeios e espaços adjacentes ao troço poente da Avenida Belo Horizonte, Setúbal – Homologação de autos de recepção provisória, liquidação, recepção definitiva e liberação da caução**
18. **Deliberação n.º 607/2025 – Proposta n.º 47/2025 – DOM – Empreitada - CP 38/2017 - “HUB10 – Plataforma humanizadora de conexão territorial: Beneficiação do prolongamento da Estrada dos Quatro Castelos – Troço poente entre o acesso a A2 e a Quinta do Conde, no Concelho de Setúbal” - Auto de recepção provisória tácita e termo para liberação de garantias – Homologações**
19. **Deliberação n.º 608/2025 – Proposta n.º 48/2025 – DOM – Contrato de prestação de serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança e Saúde e Acompanhamento Ambiental relativo à empreitada PRR “Reabilitação do**

- Bairro do Forte da Bela Vista” – Edifícios de Habitação Multifamiliar, (lote 1 e lote 2) - Trabalhos Complementares**
20. **Deliberação n.º 609/2025 – Proposta n.º 49/2025 – DOM – CP 17A/2025/DOM – Empreitada de “Construção de Espaço nas Traseiras da Rua de Vanicelos e Praceta das Amoreiras” - Aprovação do Relatório Final, Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato**
 21. **Deliberação n.º 610/2025 – Proposta n.º 50/2025 – DOM – CP 15A/2025/DOM – Empreitada de “Construção do espaço entre a Rua Tomás Ribeiro e Caminho de Ferro – 2.ª Fase” - Aprovação do Relatório final, Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato**
 22. **Deliberação n.º 611/2025 – Proposta n.º 173/2025 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 43/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação serviços para elaboração do anteprojeto e projeto de execução de arquitetura e especialidades, para o lote D1 do conjunto habitacional da Estrada da Graça - Setúbal – Abertura**
 23. **Deliberação n.º 612/2025 – Proposta n.º 132/2025 – DCDJ – Grupo Desportivo Cultural e Recreativo “Os Ídolos do Chinquilha da Anunciada” – Apoio financeiro**
 24. **Deliberação n.º 613/2025 – Proposta n.º 133/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico**
 25. **Deliberação n.º 614/2025 – Proposta n.º 134/2025 – DCDJ/DIDES – Clube de Ténis de Setúbal – Apoio financeiro**
 26. **Deliberação n.º 615/2025 – Proposta n.º 135/2025 – DCDJ/DIDES – Apoio aos Programas de Desenvolvimento Desportivo – Matriz de apoio financeiro 2025 – Retificação**
 27. **Deliberação n.º 616/2025 – Proposta n.º 144/2025 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por inspeção aos elevadores números 371-15.12/001494 e 371-15.12/001495 - Processo n.º 229/06**
 28. **Deliberação n.º 617/2025 – Proposta n.º 145/2025 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida por reinspeção de elevador (processo CMS-15.12/000118) - Processo n.º 102/06**
 29. **Deliberação n.º 618/2025 – Proposta n.º 146/2025 – DURB/DITA – Isenção total do pagamento das taxas urbanísticas inerentes à construção da nova unidade de ambulatório de psiquiatria da infância e adolescência - Processo n.º 127/23**
 30. **Deliberação n.º 619/2025 – Proposta n.º 147/2025 – DURB/DIGU – Minuta de contrato de urbanização a celebrar com a particular, Emília de Jesus Boazinha Flores Raposo - Processo n.º 1108/19**
 31. **Deliberação n.º 620/2025 – Proposta n.º 148/2025 – DURB/DIGU – Aprovação de alteração de Planta de Síntese - Processo n.º 1110/21**
 32. **Deliberação n.º 621/2025 – Proposta n.º 149/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão da licença - Processo n.º 60/25**
 33. **Deliberação n.º 622/2025 – Proposta n.º 150/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura e Concessão de Licença, para Obras de Demolição Parcial de um Edifício - Processo n.º 275/24**
 34. **Deliberação n.º 623/2025 – Proposta n.º 151/2025 – DURB/DIMOT – Aprovação de Minuta de Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)**
 35. **Deliberação n.º 624/2025 – Proposta n.º 152/2025 – DURB/DIMOT – Estacionamento de uso privativo ao PSD – Atribuição de 1 lugar, na Rua Rodrigues de Freitas**
 36. **Deliberação n.º 625/2025 – Proposta n.º 153/2025 – DURB/DIMOT – Sinalização de estacionamento proibido na Rua Humberto Modas Daniel**

37. **Deliberação n.º 626/2025 – Proposta n.º 154/2025 – DURB/DIMOT – Atribuição de estacionamento de uso privativo à Paróquia de S. Lourenço de Azeitão – Atribuição de 1 lugar, na Rua José Augusto Coelho n.º 124**
38. **Deliberação n.º 627/2025 – Proposta n.º 155/2025 – DURB/GARIU – Alteração à deliberação n.º 588/2025 - Ocupação de via pública com suporte de publicidade exterior “SPACESHOW” - Processo n.º 83/25**
39. **Deliberação n.º 628/2025 – Proposta n.º 156/2025 – DURB/GARIU – Continuidade de 41 painéis publicitários**
40. **Deliberação n.º 629/2025 – Proposta n.º 157/2025 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Rulote para venda de bifanas - Processo n.º 149/19**
41. **Deliberação n.º 630/2025 – Proposta n.º 174/2025 – DURB/DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a título gratuito, a constituir sobre parcela de terreno, com área de 5.010,00 m2, sita na Estrada da Chamburginha, na Freguesia do Sado**
- C) **Período destinado à intervenção do Público**

A) PERÍODO DE ANTES DA ORDEM DO DIA

1 – Informações à Câmara (Eventual apresentação)

- a) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito, do Departamento de Comunicação, Relações Internacionais e Turismo (DCTUR), conforme documento anexo conforme documento anexo registado sob o n.º 5;
- b) Foi dado conhecimento da listagem relativa aos despachos proferidos no âmbito do Departamento de Administração Geral e Finanças (DAF), conforme documento anexo registado sob o n.º 6;
- c) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Recursos Humanos (DRH), conforme documento anexo registado sob o n.º 7;
- d) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Educação e Bibliotecas (DEB), conforme documento anexo registado sob o n.º 8;
- e) Foi dado conhecimento da listagem relativa ao despacho proferido no âmbito do Departamento de Cultura, Desporto e Juventude (DCDJ), conforme documento anexo registado sob o n.º 9.

2 – Assuntos diversos de interesse para a autarquia

Vereador Fernando José – Disse que aquela seria a última reunião do mandato, havendo uma avaliação a fazer sobre o mesmo, a qual ficaria, no entanto, para a campanha eleitoral então em curso.

Em nome da bancada dos vereadores do Partido Socialista, realizou uma primeira saudação a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal, pelo desempenho, entrega e compromisso, sobretudo com a cidade. Manifestou um voto de louvor e agradecimento aos trabalhadores que acompanharam os vereadores nas reuniões ao longo dos quatro anos de mandato, prestando apoio contínuo, expressando, assim, um reconhecimento muito especial por parte dos vereadores do Partido Socialista.

4

Referiu que, por vezes, as posições divergiam da CDU, com visões diferentes sobre o concelho, havendo momentos mais acalorados, mas que tais diferenças nunca tiveram a intenção de prejudicar a cidade. Destacou que a democracia se constrói com respeito pelas diferentes posições, mesmo que, em algumas reuniões de Câmara, as discussões tenham ultrapassado alguns limites, o que considerou natural face à intensidade das discussões e ao empenho de cada um na defesa das suas convicções.

Concluiu afirmando que, naquela última reunião do mandato, foi um enorme prazer servir a cidade e os setubalenses na Câmara Municipal. Acrescentou que, a partir do dia 12 de outubro, outras posições se seguiriam, com alguns vereadores a continuar e outros a cessar funções, mas que, da parte dos vereadores do Partido Socialista, continuariam a defender Setúbal, Gâmbia e Azeitão.

Desejou felicidades ao Presidente da Câmara e ao vereador Carlos Rabaçal, que encerrava o seu último mandato, reconhecendo o importante papel desempenhado na Câmara Municipal, nos Serviços Municipalizados e na implementação das atuais estruturas. Enfatizou a necessidade de valorizar esse trabalho e expressou votos de felicidades pessoais, não políticas, a todos.

Referiu que, no Partido Socialista, também haveria quem não continuasse, mas que as palavras de amizade e camaradagem permaneceriam no seio do partido.

Manifestou lamento pelo facto de o próximo mandato ficar privado da participação de autarcas do PSD, cuja atuação tem sido relevante, embora com divergências pontuais, considerando que isso constitui uma perda significativa para o concelho de Setúbal, tanto na Câmara como na Assembleia Municipal e nas freguesias. Reconheceu nos autarcas do PSD uma elevada capacidade e qualidade dos quadros que têm exercido funções na Câmara Municipal, nas juntas de freguesia e na Assembleia Municipal.

Destacou que a democracia se constrói com a participação de todos, e que, no próximo mandato, se fará sentir a ausência de uma representação histórica e importante desde 1974. Dirigiu uma palavra de reconhecimento aos vereadores do PSD, deputados da Assembleia Municipal e representantes nas Assembleias de Freguesia, salientando que, apesar das diferentes visões, prevaleceu sempre mais aquilo que os aproximava do que aquilo que os separava, em defesa de Setúbal, de Gâmbia a Azeitão.

Desejou uma boa campanha eleitoral a todos os que se encontravam em campanha, lembrando que os setubalenses fariam a sua escolha no dia 12. Reiterou votos de felicidades a todos, nomeadamente ao vereador Pedro Pina, à vereadora Carla Guerreiro, ao Presidente da Câmara André Martins, ao vereador Carlos Rabaçal, agora mais concentrado em Cascais mas também em Setúbal, à vereadora Rita Carvalho e aos vereadores Fernando Negrão e Sónia Martins, destacando o prazer, em nome da bancada do PS, de partilhar aqueles quatro anos com todos. Finalizou desejando felicidades pessoais e muita saúde, sublinhando que este era o mais importante para todos.

Sr. Vereador Vitor Ferreira – Saudou as senhoras vereadoras, os senhores vereadores e todos os presentes, sublinhando que a força do município residia, de uma forma ou de outra, nos trabalhadores. Cumprimentou igualmente os representantes da imprensa, os munícipes e todos os que acompanhavam a sessão a partir de casa.

Referiu que aquela seria a sua última participação autárquica e que se iria expressar de forma mais emotiva do que racional, por considerar ter estado numa casa da democracia. Observou que viviam tempos complexos, que colocavam em causa a própria democracia, não apenas em Portugal, mas também em várias partes do mundo.

Tomou a palavra para agradecer à sua mãe, já falecida, lembrando que fora ela, quando tinha vinte anos, quem o colocara no caminho da democracia e dos valores consagrados na Constituição, destacando que, sem esse apoio, provavelmente estaria longe ou em lugar nenhum.

Agradeceu ainda a todos os presentes pelo contributo dado à construção e defesa da democracia e reforçou que, ao se referir a “todos aqueles que ajudavam a construir a democracia”, incluía também os trabalhadores presentes, sublinhando que, embora alguns os considerassem apenas funcionários públicos, eram justamente estes que, diariamente, contribuíam para um país melhor.

Criticou a tendência, que considerava uma moda, de desvalorizar ou até propor o despedimento de funcionários públicos. Admitiu que ninguém é perfeito, reconhecendo que, enquanto professor, também cometia erros, mas afirmou que via nos trabalhadores uma das razões pelas quais o país se tornou uma referência. Concluiu agradecendo não apenas aos políticos que defendem a democracia, mas também a todos aqueles que, com o seu trabalho diário, contribuem para a sua defesa.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Referiu que celebrar a democracia constituía, de facto, a grande prioridade atual. Considerou positivo o vereador ter mencionado a sua mãe, lembrando que, no fundo, são as mães que dão vida aos filhos e frequentemente lhes apontam o caminho que entendem ser o mais correto, caminhos que, por norma, se revelam acertados. Saliu, porém, que cada pessoa tem sempre margem para se afastar do caminho indicado pelas mães. Acrescentou que a vida é também feita de outros familiares e amigos, bons e maus, cabendo a cada um escolher o seu caminho, orientado pelos valores da democracia, da liberdade e da solidariedade, independentemente das opiniões alheias.

Quanto ao vereador Vítor Ferreira, afirmou que nunca tiveram grande simpatia autárquica um pelo outro, não se referindo a simpatia pessoal, mas que nutria grande admiração pela forma como encarava a democracia, a Constituição, a solidariedade e pelo carácter emotivo das suas intervenções. Referiu que o vereador, por vezes, pecava por alguma ingenuidade, mas que isso era necessário naquela altura, dado o contexto difícil do mundo, citando as guerras em curso no Médio Oriente e na Europa. Frisou que nunca se deve deixar de insistir na importância de estar do lado certo da história, embora, atualmente, não seja possível determinar qual seria esse lado, nem fazer previsões a médio e longo prazo.

Referiu que a incerteza também se aplicava à política nacional, onde não se conseguia prever quem venceria as próximas eleições autárquicas, em Setúbal ou noutras cidades como Lisboa, Faro, Olhão, Braga, Barcelos ou Viana do Castelo, sendo este um sentimento generalizado em todo o país. Afirmou que tal incerteza resultava da negligência dos valores da democracia, a qual poderia ser fatal para o funcionamento democrático de qualquer cidade.

Como exemplo, mencionou os Estados Unidos da América, país pelo qual nutre profunda afeição. Sempre que possível visitava os Estados Unidos, designadamente Nova Iorque. Referiu um artigo recente de Miguel Sousa Tavares, no qual este afirmava que não voltaria a Nova Iorque, considerando isso um erro. Saliu que Nova Iorque é predominantemente democrata e deveria ser apoiada na luta contra os Republicanos, especialmente em relação às políticas atualmente promovidas por Donald Trump.

Afirmou que encerraria a sua vida política como vereador da Câmara Municipal de Setúbal, função que considerava a sua última missão política. Recordou que, à semelhança de outros candidatos de cidades como Cascais ou Almada, também fora vereador noutra câmara e que

fora, de alguma forma, penalizado por ter exercido esse cargo, situação que considerou curiosa e reflexo parcial da sua relação com a população de Setúbal. Referiu que ainda teria tempo para analisar por que motivo se dera tanto destaque à sua passagem por Almada e Lisboa, enquanto a transição da candidata Maria das Dores para Almada não fora igualmente explorada, embora legalmente necessária.

Reiterou que a democracia era a prioridade, afirmando que aquela seria a sua última função em democracia, mas que, se fosse necessário defendê-la, estaria disposto a voltar a fazê-lo. Saudou o Presidente da Câmara e todos os vereadores, considerando que aquele mandato fora importante, sobretudo porque, curiosamente, no espectro do distrito de Setúbal, foi um dos poucos sem representação do partido CHEGA. Destacou que isso permitiu aos vereadores trabalhar e debater democraticamente, mesmo com divergências, mas sempre em liberdade, sendo todos defensores da liberdade. Sublinhou que, apesar das discussões, o mandato fora cumprido até ao fim, o que considerou relevante face ao descontentamento generalizado dos portugueses em relação aos partidos políticos.

Referiu que os portugueses estavam profundamente zangados com os partidos políticos tradicionais — PS, PSD e, de certa forma, CDU —, como se evidenciava pelos resultados eleitorais. Observou que, embora reconhecessem que esses partidos foram fundadores da democracia em Portugal, muitos eleitores não viam alternativas, gerando grande desorientação, não apenas entre os cidadãos, mas também entre os próprios políticos, que se deparavam com dificuldades em fazer os partidos funcionarem de forma diferente daquela vigente desde o 25 de Abril de 1974. Esta situação, afirmou, constituía um problema prejudicial para o futuro da democracia e da liberdade no país.

Salientou que, frequentemente, a democracia e o raciocínio político baseavam-se em práticas de 40, 30, 20 ou 15 anos atrás, enquanto a realidade tinha mudado. Enfatizou a necessidade de os partidos adaptarem a sua forma de atuar, apelando a todos os partidos com historial democrático — nomeadamente os presentes na sala — que repensassem o seu papel na democracia, reformulassem estratégias e retornassem à política de maneira que os portugueses se sentissem novamente reconhecidos nos partidos, percebendo que estes trabalham efetivamente para a melhoria da vida da população.

Referiu que as medidas de natureza fiscal aprovadas na Câmara Municipal foram muito importantes e refletiam uma determinada visão política. Reconheceu que houve discussão política, com a CDU a não concordar com esse caminho, mas salientou que o PS e o PSD implementaram-nas com êxito, tendo os resultados sido positivos.

Cumprimentou todas as senhoras e senhores funcionários da Câmara Municipal de Setúbal, agradecendo o apoio prestado e a disponibilidade demonstrada, destacando que, sempre que surgiam dúvidas, existia prontidão para resolver e dar resposta às questões levantadas.

Relativamente à atuação dos partidos políticos, considerou inacreditável que, com 50 anos de democracia, nenhum partido tenha previsto os problemas relacionados com a habitação em Portugal. Nenhum, governante ou não, cumpriu o papel de indicar soluções e alertar para a necessidade de atuar, sob pena de, em cinco ou dez anos, surgir um grave problema de falta de habitação para jovens, idosos e classe média. Observou que a situação já se encontrava complicada, com muitos filhos a saírem de casa apenas aos trinta e poucos anos, ou regressando ao lar familiar por não conseguirem habitação própria, considerando isso uma grande irresponsabilidade dos partidos políticos.

Finalizou com um voto no sentido de que, nas próximas eleições autárquicas, o voto dos cidadãos de Setúbal recaísse sobre a CDU ou o PS, por serem as forças políticas mais bem preparadas para governar o concelho. Esclareceu que não comentaria outras candidaturas ou

h

candidatos, por considerar isso de mau tom, e que essas questões seriam abordadas durante a campanha eleitoral. Enquanto militante do PSD, apesar de discordar profundamente da decisão do partido de não apresentar candidato, apelou aos setubalenses e azeitonenses, reiterando que as forças políticas mais aptas para governar o concelho eram o PS e a CDU.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Agradeceu as palavras do vereador Fernando José, reconhecendo que, embora muitas vezes tivessem divergido, conseguiram, em democracia, concretizar conquistas importantes para os setubalenses, tanto ao nível fiscal como em medidas sociais determinantes para a população. Considerou que isso marcou o mandato de forma positiva, salientando que muitas dessas propostas foram aprovadas por unanimidade, beneficiando diretamente os cidadãos, cujo serviço sempre constituiu o propósito do seu mandato e da bancada do PSD. Concluiu que terminavam aquele mandato com a sensação de missão cumprida.

Agradeceu a todos os trabalhadores da Câmara Municipal de Setúbal pelo empenho, disponibilidade e espírito de equipa demonstrados. Observou que, independentemente do partido — CDU ou PS —, sempre foi possível dialogar e cooperar quando necessário, reforçando a importância da vivência democrática.

Referiu que a questão da abstenção só é debatida nos dias imediatamente seguintes às eleições e que, passado esse período, pouco se faz para reduzir a abstenção ou aproximar os cidadãos da política. Observou que diversas atitudes, opções e escolhas levam as pessoas a afastarem-se da vida política, pelo que, embora se fale de abstenção no dia 13 de outubro, um mês depois, em 13 de novembro, a preocupação com o tema já não se mantém.

No que se refere a Setúbal, esperava que os eleitos olhassem para o concelho com uma visão inovadora, transformadora e social, considerando as vulnerabilidades existentes e a necessidade de continuar a trabalhar em prol das pessoas, sobretudo daquelas que mais necessitam de apoio. Sublinhou que o poder local, por estar próximo do cidadão, tem o dever de responder a estes problemas. Desejou que todos os que renovassem ou assumissem o mandato trabalhassem sempre em benefício dos setubalenses e dos azeitonenses, lembrando que são estes que elegem os vereadores e deputados municipais e em cujas necessidades devem centrar a ação política.

Sr. Presidente – Referiu que, ao final do mandato, era tempo de agradecer a todos os que contribuíram para o funcionamento da democracia. Sublinhou a responsabilidade de quem viveu antes do 25 de Abril e acompanhou o processo de transformação profunda da sociedade portuguesa, observando, com algum pesar, que algumas dessas ideias de esperança e mudança continuavam a ser postas em causa, como se refletia nas intervenções dos vereadores.

Assinalou que a alternância entre quem saía e quem entrava era o normal funcionamento da vida política e agradeceu a todos os que assumiram responsabilidades públicas, destacando que o objetivo de todos sempre foi servir melhor a comunidade, embora a forma de o fazer variasse e nem sempre corresse da melhor maneira.

Recordou que a democracia portuguesa assenta num sistema multipartidário e que o 25 de Abril se fundou nos partidos políticos, aos quais compete assegurar o progresso e o aprofundamento da vida democrática.

Referiu que a situação da habitação continuava dramática, sendo observada em todas as reuniões de Câmara e frequentemente mencionada pelos cidadãos nas ruas. Destacou que o

4

problema crescia constantemente, afetando um número cada vez maior de pessoas, sem que houvesse soluções eficazes.

Assinalou que a situação era igualmente grave nos cuidados de saúde, apesar das medidas tomadas ao longo dos anos, as quais não conseguiram ultrapassar as dificuldades existentes. Na área da educação, considerada essencial para o futuro, persistiam problemas significativos. Mencionou, por exemplo, a situação dos professores: após o 25 de Abril e o alargamento do acesso à educação, houve falta de orientação e de condições para garantir estabilidade. Embora se tivessem construído escolas e montado pavilhões provisórios — muitos ainda existentes —, não se conseguiu resolver de forma satisfatória a mobilidade dos professores, que continuavam a deslocar-se pelo país de norte a sul, interior e litoral, enfrentando instabilidade. Este era apenas um exemplo dos problemas persistentes na educação.

Questionou de que forma os partidos políticos permitiram que a situação chegasse àquele ponto, referindo apenas três áreas, e concordou ser necessário que os partidos refletissem sobre tais questões, por entender que o caminho seguido não conduzia a um futuro melhor. Assinalou que deixava essa reflexão para o encerramento das reuniões de Câmara daquele mandato.

Referiu ainda que não podiam deixar de considerar o facto de representantes de uma força política, a nível local, deixarem de poder continuar a representar as populações, o que considerava profundamente lamentável. Acrescentou que, pessoalmente — e acreditava que todos partilhavam do mesmo sentimento —, achava triste que assim estivesse a acontecer.

Sublinhou que cada um, à sua maneira, dera o melhor contributo para chegar àquele ponto, cabendo agora aos setubalenses e aos azeitonenses avaliar e decidir. Expressou a esperança de que participassem em maior número do que nas últimas eleições autárquicas, considerando que tal significaria o fortalecimento da democracia.

Na sua intervenção, referiu os trabalhadores da Câmara Municipal, dos Serviços Municipalizados e das Juntas de Freguesia. Recordou a decisão de efetuar uma transferência alargada de responsabilidades e competências para as juntas de freguesia, que tiveram de assumir essas funções e criar as condições necessárias para prestar os serviços transferidos, correspondendo às expectativas de melhoria das condições e da qualidade de vida das populações.

Assinalou que se tratou de uma reforma implementada com grande dificuldade no terreno, pelo que algumas situações não decorreram como esperado. A expectativa era sempre que as decisões produzissem impactos positivos junto das populações. Destacou que o processo enfrentou obstáculos, como a falta de pessoal e a dificuldade de contratação por parte das juntas de freguesia, para cumprir os compromissos assumidos.

Embora a situação ainda não estivesse totalmente resolvida, encontrava-se estabilizada, o que considerou positivo. Afirmou que o futuro demonstraria que a opção tomada foi correta, no sentido de corresponder melhor às expectativas da população e fortalecer o poder local em Setúbal. Sublinhou, por isso, que os trabalhadores das juntas de freguesia mereciam ser especialmente mencionados.

Mencionou que, nos Serviços Municipalizados, muitos trabalhadores tinham transitado da empresa Águas do Sado e aceitaram integrar os quadros da Câmara Municipal. Referiu que a operação não tinha sido fácil e que exigiria algum tempo para a sua plena consolidação, mas destacou que, apesar das dificuldades inerentes ao processo de transferência, o serviço prestado às populações decorreu de forma satisfatória. Considerou que o caminho seguido era o correto e que os Serviços Municipalizados representavam uma solução adequada para

assegurar um serviço de maior qualidade às populações. Sublinhou que o esforço e o empenho demonstrados por todos os trabalhadores mereciam o devido reconhecimento.

Relativamente aos trabalhadores da Câmara Municipal, tanto os antigos como os novos — incluindo os 536 que ingressaram em 2 de abril de 2022, na sequência da transferência de competências na área da educação —, referiu que a integração tinha sido positiva. Considerou que houve uma boa receção a essa comunidade e que, progressivamente, os trabalhadores se foram integrando. A seu ver, de uma forma geral, sentiam-se atualmente melhor na Câmara Municipal do que quando eram funcionários do Ministério da Educação, avaliação que fazia com base no contacto direto que manteve com vários deles. Destacou que a Câmara Municipal de Setúbal proporcionava melhores condições de qualidade de vida a esses trabalhadores do que as anteriormente existentes, deixando-lhes uma palavra de reconhecimento pelo esforço e dedicação demonstrados na missão de assegurar o funcionamento estável das escolas e de criar melhores condições para que as crianças e os jovens pudessem percorrer o seu percurso educativo com vista a um futuro melhor.

Sublinhou que eram cinco os eleitos do executivo a quem tinham sido distribuídas responsabilidades, designadamente na gestão dos serviços e na orientação política de uma visão para o território e para o seu desenvolvimento, bem como para a promoção da qualidade de vida e do bem-estar das populações. Referiu que esses cinco eleitos exerciam funções de orientação e de definição estratégica, tendo uma visão para o desenvolvimento do concelho e para a criação de melhores condições de vida para as populações. Reconheceu que, por vezes, essa visão era plenamente alcançada, noutras ocasiões ficava aquém das expectativas e, em alguns casos, ultrapassava-as.

Referiu que era importante salientar que o conjunto de trabalhadores do município foi responsável por concretizar as orientações transmitidas pelos órgãos autárquicos, assim como por desempenhar as responsabilidades afetas à competência municipal. Destacou que foram esses trabalhadores que prepararam projetos, concursos e candidaturas, atingindo um feito extraordinário. Sublinhou que a Câmara Municipal de Setúbal se posicionava como o terceiro município do país com maior volume financeiro de candidaturas aprovadas no âmbito do PRR, totalizando 160 milhões de euros, mérito que não cabia aos eleitos, mas exclusivamente aos trabalhadores da Câmara Municipal.

Referiu que os eleitos, ao acompanharem e orientarem este trabalho, reconheciam o esforço e a dedicação demonstrados pelos trabalhadores. Destacou ainda que os setubalenses e azeitonenses, conhecedores desse trabalho, também deveriam sentir-se orgulhosos por contar na administração local com funcionários públicos que, apesar das dificuldades e do tratamento muitas vezes inadequado, conseguiram alcançar este resultado: trazer para Setúbal financiamentos e investimentos extraordinários, que já estavam a produzir efeitos e continuariam a beneficiar a qualidade de vida e o bem-estar das populações. Ressaltou que tais investimentos proporcionavam uma perspetiva de melhoria para o futuro, incluindo a valorização da imagem de Setúbal, tanto a nível nacional como internacional.

Referiu que efetuava aquela intervenção com profundo sentido da importância dos trabalhadores da administração, reconhecendo, especificamente, o valor e a relevância do trabalho prestado pelos trabalhadores da Câmara Municipal, do município e das freguesias. Lamentou, porém, que, infelizmente, em Portugal, os trabalhadores fossem muitas vezes pouco valorizados. Sublinhou que essa reflexão evidenciava a necessidade de um melhor reconhecimento desses trabalhadores, começando por melhores salários, de forma a permitir-lhes maior dedicação e empenho no serviço à população e ao país.

Finalizou agradecendo às senhoras e aos senhores vereadores por toda a colaboração prestada ao executivo, que permitiu a conclusão do mandato, embora em minoria. Reconheceu que as circunstâncias não tinham sido fáceis, mas afirmou que não era o momento de aprofundar essas questões. Destacou que os investimentos superiores a 160 milhões de euros — incluindo, conforme aprovado na Câmara, pelo menos mais 24 milhões de euros em empréstimos, candidaturas e adjudicações — criariam melhores condições, maior bem-estar e desenvolvimento futuro para o território. Expressou, assim, a sua gratidão por toda a colaboração dedicada a esse trabalho.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 10 e 11.

“Saudação

Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol

O Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol celebrou, no passado dia 30 de setembro, o seu 9.º aniversário.

Desde a sua fundação em 2016, esta estrutura tem assumido um papel central na defesa dos interesses da classe dos treinadores de futebol e futsal, representando-os com firmeza e promovendo a sua valorização. O Núcleo tem-se destacado também pela aposta na formação contínua, procurando preparar melhor os técnicos para os desafios de um desporto cada vez mais competitivo e exigente.

A sua atividade permitiu consolidar um importante espaço de cooperação com clubes, associações e outras entidades do movimento associativo setubalense, reforçando os laços que unem todos aqueles que vivem o futebol e o futsal na nossa região. Este trabalho não só dignifica a profissão de treinador, como contribui ativamente para o desenvolvimento desportivo e social do concelho e do distrito de Setúbal, criando oportunidades e promovendo valores relacionados com a dedicação, o mérito e o espírito de equipa.

O percurso realizado ao longo destes nove anos reflete o empenho dos seus dirigentes, órgãos sociais e associados, que, com profissionalismo e entrega, têm sabido construir um Núcleo respeitado, sólido e de futuro.

Neste contexto, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata em Setúbal saúdam o Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol, felicitando todos os que o integram e desejando que continuem a trilhar este caminho de sucesso, sempre ao serviço do desporto, da comunidade e da valorização da classe que representam”.

“Saudação

Clube Desportivo “Os Pelezinhos”

O Clube Desportivo “Os Pelezinhos” celebrou, no passado dia 27 de setembro, o seu 44.º aniversário.

Fundado em 1981 por um grupo de amigos da área da Praça do Brasil, o clube nasceu da vontade e paixão pelo desporto, transformando-se rapidamente numa referência incontornável do panorama desportivo e associativo de Setúbal. Mais do que um clube, “Os Pelezinhos” simboliza compromisso social, responsabilidade cívica e dedicação à formação de jovens, consolidando um legado de valores que ultrapassa o campo de jogo.

Ao longo destes 44 anos, o Clube tem desempenhado um papel decisivo na promoção do desporto, da recreação e da educação social dos seus atletas, trabalhando em estreita

colaboração com famílias e escolas, e acompanhando de perto o percurso de jovens em contextos de risco. Mais de 9.000 jovens passaram pelas suas fileiras, um testemunho claro do impacto e da consistência do trabalho desenvolvido em prol da comunidade e do futuro das novas gerações.

Neste marco significativo, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata saúdam o Clube Desportivo “Os Pelezinhos”, os seus dirigentes, atletas e sócios, felicitando-os por mais um aniversário e manifestando o reconhecimento pelo contributo contínuo para o desporto, a educação e o desenvolvimento social do concelho de Setúbal”.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Referiu ser importante refletir sobre o facto de a associação ter sido fundada, em 1981, por um grupo de amigos da área da Praça do Brasil. Considerou que, nessa época, iniciativas desse tipo ainda ocorriam com alguma frequência, mas que, já em 1991, tais iniciativas praticamente deixaram de se verificar, tendo-se, a partir daí, extinguido quase na totalidade as ações de cidadania relacionadas com associações desta natureza. Questionou se tal situação se devia à falta de iniciativa ou à falta de apoio, salientando que se tratava de uma questão que merecia análise, dado que a associação constituía uma iniciativa de cidadãos da Praça do Brasil, na cidade de Setúbal, que se revelara um êxito.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 12 e 13.

“Saudação

Estrelas do Faralhão Futebol Clube

O Estrelas do Faralhão Futebol Clube assinalou, no passado dia 1 de outubro, o seu 52.º aniversário.

Ao longo destas mais de cinco décadas, o clube tem desempenhado um papel relevante na promoção da prática desportiva e recreativa, envolvendo diferentes modalidades e gerações de atletas. Do atletismo, com equipas masculinas e femininas que deram inúmeras alegrias aos seus sócios, ao chinquilha, passando pelo futebol, o Estrelas do Faralhão construiu uma história feita de dedicação, entusiasmo e compromisso comunitário.

São 52 anos de esforço coletivo, de trabalho em prol do desporto e de um associativismo que é marca de identidade do concelho de Setúbal.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata saúdam o Estrelas do Faralhão Futebol Clube e todos os seus dirigentes, atletas, sócios e simpatizantes, felicitando-os pelo aniversário e desejando que continuem a honrar os valores que têm guiado a vida do clube desde a sua fundação”.

“Saudação

Associação Cultural e Desportiva “Juventude Azeitonense”

A Associação Cultural e Desportiva “Juventude Azeitonense” celebrou, no passado dia 1 de outubro, o seu 72.º aniversário.

Ao longo destas mais de sete décadas, a coletividade tem desempenhado um papel essencial no desenvolvimento desportivo do concelho, destacando-se particularmente na formação de jovens atletas em diversas modalidades. É, porém, no hóquei em patins e na patinagem artística que a “Juventude Azeitonense” evidencia de forma mais marcante o seu impacto,

consolidando-se como um espaço de aprendizagem, disciplina e crescimento para crianças e jovens de Vila Nogueira de Azeitão.

O trabalho da Associação reflete um compromisso profundo com a promoção da cultura, do desporto e da responsabilidade social, reforçando o movimento associativo como pilar de coesão comunitária e valorização da nossa cidade. Ao longo destes 72 anos, a dedicação de atletas, dirigentes e associados tem proporcionado inúmeras oportunidades, contribuindo de forma significativa para o bem-estar e desenvolvimento das novas gerações.

Neste contexto, os Vereadores eleitos pelo Partido Social Democrata saúdam a Associação Cultural e Desportiva “Juventude Azeitonense”, felicitando todos os que fazem parte desta trajetória e desejando que continuem a desempenhar um trabalho exemplar, com sucesso e dedicação, em prol do desporto, da cultura e da comunidade setubalense”.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Apresentou as seguintes saudações, cujos originais ficam anexos à presente ata, sob os registos n.ºs 14 a 20.

“Saudação

Arrábida classificada como Reserva da Biosfera da UNESCO

A Arrábida foi classificada como Reserva da Biosfera da UNESCO, reconhecimento que confirma a riqueza única deste nosso território e lhe confere a merecida projeção internacional.

Esta distinção, enquadrada no programa científico “O Homem e a Biosfera”, vem reconhecer a importância da conservação da natureza em sintonia com a atividade humana. Um equilíbrio necessário e desejável entre a preservação do património natural e o desenvolvimento das atividades económicas e sociais ambientalmente sustentáveis, envolvendo de forma ativa as populações locais.

A região, que alberga mais de 1400 espécies vegetais (40% da flora nacional), incluindo 70 espécies raras e endémicas, bem como cerca de 200 espécies de vertebrados e mais de 2000 espécies marinhas, junta-se agora a áreas reconhecidas internacionalmente, como os Galápagos, o Serengeti e Yellowstone.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam a UNESCO pela decisão, assim como todos aqueles e aquelas que estiveram envolvidos em todo o processo de candidatura, nomeadamente a Associação de Municípios da Região de Setúbal e o Instituto da Conservação da Natureza e das Florestas”.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Dirigiu uma saudação especial a todos os envolvidos no processo de candidatura. Em tom de brincadeira, referiu que, com a Arrábida, estavam agora ao nível das Galápagos, do Serengeti e de Yellowstone, acrescentando, de forma bem-humorada, que esperava que o Presidente Trump não aplicasse qualquer tarifa sobre a região, por entender que estaria a criar concorrência.

“Saudação

Miguel Vitoriano sagra-se Campeão Nacional Amador de Rápidas em Xadrez

O setubalense Miguel Vitoriano sagrou-se Campeão Nacional Amador de Rápidas (Sub-1600 Elo), numa competição disputada em Matosinhos, organizada pela Federação Portuguesa de Xadrez.

Com apenas 13 anos, o jovem conquistou o primeiro lugar numa competição que contou com a presença de 55 participantes, destacando-se dos restantes com uma prestação notável,

tendo somado 5,5 pontos em 6 partidas, cedendo apenas um empate e terminando isolado na liderança.

O feito torna-se ainda mais impressionante por ter superado adversários mais velhos e experientes, como o sénior Henrique Araújo (AX Gaia) e o sub-18 Bernardo Vidigal, que ficaram, respetivamente, em segundo e terceiro lugar.

Miguel tem também representado a Escola EB 2,3 de Aranquez nesta modalidade, em competições ao nível do desporto escolar, nas quais já conquistou, por duas vezes consecutivas, o título de campeão distrital, afirmando-se como uma das grandes promessas do xadrez nacional.

Neste sentido, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam Miguel Vitoriano pela conquista do ouro nesta competição nacional, fazendo votos de continuação do bom trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

“Saudação

Atletas do Clube de Vela do Sado sagram-se campeões nacionais no 36.º Campeonato de Portugal de Juniores e Absolutos

O Clube de Vela do Sado participou na 36.ª edição do Campeonato de Portugal de Juniores e Absolutos, que teve lugar em Vilamoura, entre os dias 18 e 21 de setembro.

Esta competição, que reuniu atletas de todo o país, contou com a participação de 164 velejadores, distribuídos por 9 classes: 420, 29er, ILCA 4, ILCA 6, ILCA 7, iQFoil Sénior, iQFoil Youth (sub-19), Hansa 303 Individual (vela adaptada), Kitefoil Open e Wingfoil Open.

Os atletas do Clube de Vela do Sado destacaram-se nesta prova nacional, tendo conquistado o pódio em diversas classes. Pedro das Neves alcançou o 1º lugar na classe Wingfoil Open, e Maria Fernandes e Maria Francisca Duarte conquistaram o bronze no geral e o ouro feminino na categoria 29er.

Os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Clube de Vela do Sado, treinadores e atletas pelos resultados obtidos, fazendo votos de continuação do excelente trabalho, o qual enaltece e dignifica o bom nome da cidade de Setúbal”.

“Saudação

Aniversário do Núcleo de Bicross de Setúbal

O Núcleo de Bicross de Setúbal celebrou o seu 25.º aniversário no dia 19 de setembro.

Fundado em 2000, com o objetivo de promover o desenvolvimento da prática da modalidade de BMX Race no concelho de Setúbal, tem dado provas do seu importante papel enquanto entidade formadora e dinamizadora no domínio do desporto.

Apesar das dificuldades e obstáculos enfrentados, o núcleo e os seus atletas têm se destacado não só a nível regional, mas também nacional, participando em importantes competições e acolhendo algumas etapas destas provas.

Para além da atividade desportiva, esta entidade tem igualmente contribuído para a dinamização e enriquecimento do panorama cultural setubalense, nomeadamente através da sua participação em momentos marcantes da agenda cultural do concelho, como o concurso das Marchas Populares de Setúbal e a Festanima”.

Desta forma, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam o Núcleo de Bicross de Setúbal, órgãos sociais, associados e atletas por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

4

Saudação

“Aniversário do Clube Desportivo ‘Os Pelezinhos’

Fundado em 1981, o Clube Desportivo ‘Os Pelezinhos’ celebrou o seu 44.º aniversário no dia 27 de setembro.

Com quase 5 décadas de história e atividade, este clube tornou-se um membro relevante do movimento associativo setubalense, contribuindo significativamente para o desenvolvimento desportivo do concelho, nomeadamente na promoção da prática de futebol.

Enquanto entidade formadora certificada pela Federação Portuguesa de Futebol, com a classificação de 3 estrelas, tem desenvolvido um trabalho reconhecido no âmbito do desporto de formação, desempenhando um papel essencial no fomento da atividade desportiva, particularmente junto dos mais jovens.

Reconhecido pelo poder local e pelo restante movimento associativo, mas também por entidades nacionais como a Federação Portuguesa de Futebol e pelo Instituto Português do Desporto e da Juventude, é a casa onde já mais de 9000 crianças e jovens tiveram o primeiro contacto com a modalidade, nutriram e nutrem a paixão pelo desporto e desenvolvem as suas capacidades e competências.

O clube tem ainda organizado iniciativas como o Torneio Pelezinhos Cup e o Torneio da Páscoa de Futebol Mário Mestre, os quais se constituem como importantes oportunidades de competição para os jovens atletas em diferentes escalões, assim como para o fomento dos valores inerentes à prática desportiva, como fair play, disciplina, cooperação e respeito, envolvendo as famílias e toda a comunidade”.

“Saudação

Aniversário da Associação Cultural e Desportiva Juventude Azeitonense

Fundada em 1953, a Associação Cultural e Desportiva Juventude Azeitonense assinala hoje, dia 1 de outubro, o seu 72.º aniversário.

A associação, que nasceu da vontade de um grupo de jovens que se organizou para promover atividades de ocupação de tempos livres, tem desenvolvido uma vasta e intensa atividade ao longo dos anos, particularmente na promoção da prática desportiva de hóquei em patins e patinagem artística, tanto nas vertentes formativa como competitiva.

Através da prática destas modalidades, a Juventude Azeitonense tem contribuído para a promoção do bem-estar e qualidade de vida dos setubalenses e azeitonenses, fomentando a adoção de estilos de vida mais ativos e saudáveis, reconhecendo a relevância do desporto no desenvolvimento e crescimento de cada indivíduo.

Para além da sua participação assídua em competições regionais, tem também marcado presença em provas nacionais em diversos escalões, representando o concelho de Setúbal.

Neste sentido, e reconhecendo os importantes contributos desta entidade em áreas como a o desporto, a cultura e a juventude, os Vereadores eleitos pelo Partido Socialista saúdam e felicitam a Associação Cultural e Desportiva Juventude Azeitonense, órgãos sociais e associados por mais um aniversário, fazendo votos de continuação do bom trabalho”.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Referiu, em nome da bancada, que aquelas referências sublinhavam igualmente a riqueza existente em termos associativos e de cidadania. Deixou,

assim, a saudação dirigida a todos, tanto aos que, individualmente, se destacaram e alcançaram êxitos, como àqueles que, em equipa, continuam a vencer diariamente.

“Saudação

Aniversário do Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol

O Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol assinalou o seu 9.º aniversário no dia 30 de setembro.

Criado em 2016, o núcleo integra a ANTF, associação sindical, que representa os treinadores portugueses e estrangeiros, seus associados, que exercem a sua atividade em Portugal.

Desde então, tem desenvolvido a sua ação com base em objetivos concretos que definem a sua missão, desde o apoio aos treinadores regionais, à promoção da formação contínua, à integração e networking, à representação e defesa dos direitos dos treinadores, e à dinamização de eventos regionais.

Ao longo destes nove anos, o núcleo tem procurado cumprir com estes objetivos, contribuindo para o desenvolvimento desportivo da região, nomeadamente através da formação de treinadores, representando, defendendo, promovendo e valorizando os interesses da classe dos Treinadores de Futebol e Futsal do concelho e distrito de Setúbal.

Reconhecendo o importante trabalho desenvolvido por esta entidade, os Vereadores eleitos pelo PS saúdam e felicitam o Núcleo de Setúbal da Associação Nacional de Treinadores de Futebol, órgãos sociais e sócios por mais um aniversário”.

B) PERÍODO DA ORDEM DO DIA

1. Projeto da Ata n.º 19/2025 - Reunião ordinária de 03 de setembro de 2025

A ata foi aprovada, por unanimidade dos presentes na reunião a que respeita.

2. Deliberação n.º 591/2025 – Proposta n.º 42/2025 – GAP – Apoio à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Setúbal para aquisição de viatura

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 21, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

3. Deliberação n.º 592/2025 – Proposta n.º 43/2025 – GAP – Empreitada de Reabilitação da Rede de Água em Azeitão – 5.ª Fase - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 22 e 23, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

4. Deliberação n.º 593/2025 – Proposta n.º 44/2025 – GAP – Empreitada de Reparação de Pavimentos no Concelho de Setúbal - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar – SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.º 24 e 25, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

5. Deliberação n.º 594/2025 – Proposta n.º 45/2025 – GAP – Fornecimento de combustíveis rodoviários ao abrigo do lote 1 do Acordo-Quadro de fornecimento de combustíveis rodoviário em Portugal Continental, celebrado pela ESPAP para o ano de 2026 - Delegação de Competências no Conselho de Administração dos Serviços Municipalizados de Setúbal, para autorizar a realização de despesa e tomar a decisão de contratar - SMS

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 26 e 27, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

6. Deliberação n.º 595/2025 – Proposta n.º 164/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Contrato de Locação Financeira Imobiliária n.º 20006911 [aquisição] – Compra antecipada

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 28 a 31, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

7. Deliberação n.º 596/2025 – Proposta n.º 165/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Concessão do direito de exploração do estabelecimento designado por “Delice Garden”, sito na Praça do Bocage, União de Freguesias de Setúbal, em Setúbal - Prorrogação do prazo

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 32 a 34, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

8. Deliberação n.º 597/2025 – Proposta n.º 166/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Pote de Água, Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3 – 4.º Dto., da Freguesia de S. Sebastião

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 35, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

9. Deliberação n.º 598/2025 – Proposta n.º 167/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, Largo Alberto Mendes Fialho, n.º 3 – 4.º Direito, da Freguesia de S. Sebastião

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 36, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

10. Deliberação n.º 599/2025 – Proposta n.º 168/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Autorização para alienação do direito de superfície e constituição de hipoteca – Pote de Água, lote 7, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 1.º A, da Freguesia de S. Sebastião

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 37, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

11. Deliberação n.º 600/2025 – Proposta n.º 169/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, lote 7, Rua Zófimo Ramos Luz, n.º 9 – 1.º A, da Freguesia de S. Sebastião

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 38, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

12. Deliberação n.º 601/2025 – Proposta n.º 170/2025 – DAF/DICONT/SERGE P – Cancelamento da cláusula de reversão, quanto ao prédio sito no Pote de Água, lote 3, Rua António Carvalho Serra, n.º 5 – 1.º D, da Freguesia de S. Sebastião



O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 39, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

13. Deliberação n.º 602/2025 – Proposta n.º 171/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Concessão do direito de exploração e equipamento do restaurante do Parque Urbano de Albarquel - Prorrogação prazo

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 40 a 42, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

14. Deliberação n.º 603/2025 – Proposta n.º 172/2025 – DAF/DICONT/SERGEP – Protocolo de cedência de utilização pelo Município de uma parcela de terreno à Associação Cristã da Mocidade de Setúbal (YMCA Setúbal)

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 43 a 45, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

15. Deliberação n.º 604/2025 – Proposta n.º 175/2025 – DAF/DICONT – 6.ª Alteração Permutativa ao Orçamento Despesa, 6.ª ao Plano de Atividades Municipal e 5.ª ao Plano Plurianual de Investimentos

O Sr. Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 46 a 49, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por maioria e em minuta, com 5 votos a favor da CDU e 6 abstenções, 4 do PS e 2 do PPD/PSD.

16. Deliberação n.º 605/2025 – Proposta n.º 26/2025 – DEB/DIAPE – Parecer para Regime de Exceção dos Horários Duplos nas Escolas Básicas do 1.º Ciclo da Rede Pública do Concelho de Setúbal 2025/2026

A Sra. Vice-Presidente apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 50 e 51, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

4

17. Deliberação n.º 606/2025 – Proposta n.º 46/2025 – DOM – CP 16/2017 – Requalificação dos passeios e espaços adjacentes ao troço poente da Avenida Belo Horizonte, Setúbal – Homologação de autos de receção provisória, liquidação, receção definitiva e liberação da caução

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 52 a 56, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

18. Deliberação n.º 607/2025 – Proposta n.º 47/2025 – DOM – Empreitada - CP 38/2017 - “HUB10 – Plataforma humanizadora de conexão territorial: Beneficiação do prolongamento da Estrada dos Quatro Castelos – Troço poente entre o acesso a A2 e a Quinta do Conde, no Concelho de Setúbal” - Auto de receção provisória tácita e termo para liberação de garantias - Homologações

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 57 e 58, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

19. Deliberação n.º 608/2025 – Proposta n.º 48/2025 – DOM – Contrato de prestação de serviços de Fiscalização e Coordenação de Segurança e Saúde e Acompanhamento Ambiental relativo à empreitada PRR “Reabilitação do Bairro do Forte da Bela Vista” – Edifícios de Habitação Multifamiliar, (lote 1 e lote 2) - Trabalhos Complementares

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 59 a 61, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

20. Deliberação n.º 609/2025 – Proposta n.º 49/2025 – DOM – CP 17A/2025/DOM – Empreitada de “Construção de Espaço nas Traseiras da Rua de Vanicelos e Praceta das Amoreiras” - Aprovação do Relatório Final, Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 62 a 64, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

21. Deliberação n.º 610/2025 – Proposta n.º 50/2025 – DOM – CP 15A/2025/DOM – Empreitada de “Construção do espaço entre a Rua Tomás Ribeiro e Caminho de Ferro – 2.ª Fase” - Aprovação do Relatório final, Adjudicação e Aprovação da Minuta do Contrato

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 65 a 67, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

22. Deliberação n.º 611/2025 – Proposta n.º 173/2025 – DOM/DAF/DICOMP/SECOMP – Concurso Público n.º 43/2025/DAF/DICOMP/SECOMP para a prestação serviços para elaboração do anteprojecto e projecto de execução de arquitetura e especialidades, para o lote D1 do conjunto habitacional da Estrada da Graça - Setúbal – Abertura

O Sr. Vereador Carlos Rabaçal apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 68.

Sr. Presidente – Referiu tratar-se do edifício da Quinta da Parvoíce. Assinalou que todas as barracas existentes naquele local tinham sido demolidas e que estava assumido um compromisso para que o processo fosse conduzido em conjunto com o IHRU, tendo este como responsável pela construção. No entanto, dado não ter havido acompanhamento por parte do IHRU, a Câmara Municipal avançaria com a construção dos fogos. Informou que já estava aprovada a linha de crédito para a aquisição dos mesmos, de forma a permitir que os moradores que saíram das barracas pudessem regressar ao local de origem assim que os edifícios estivessem concluídos.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

23. Deliberação n.º 612/2025 – Proposta n.º 132/2025 – DCDJ – Grupo Desportivo Cultural e Recreativo “Os Ídolos do Chinquilha da Anunciada” – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 69 a 72, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

24. Deliberação n.º 613/2025 – Proposta n.º 133/2025 – DCDJ/DICUL – Apoio referente às bilheteiras acordadas com as entidades de cariz cultural e artístico

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujo original fica anexo à presente ata sob o registo n.º 73, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

25. Deliberação n.º 614/2025 – Proposta n.º 134/2025 – DCDJ/DIDES – Clube de Ténis de Setúbal – Apoio financeiro

O Sr. Vereador Pedro Pina apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob os registos n.ºs 74 a 77, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

26. Deliberação n.º 615/2025 – Proposta n.º 135/2025 – DCDJ/DIDES – Apoio aos Programas de Desenvolvimento Desportivo – Matriz de apoio financeiro 2025 – Retificação

A Sra. Vereadora Rita Carvalho apresentou a proposta, cujos originais ficam anexos à presente ata sob o registo n.º 78, não tendo havido discussão sobre a mesma.

O Sr. Presidente submeteu a proposta a votação, tendo a mesma sido aprovada, por unanimidade e em minuta.

Sra. Vereadora Sónia Martins – Sugeriu que, caso nenhuma das bancadas se opusesse, fossem votadas de uma só vez as propostas apresentadas pela senhora Vereadora Rita Carvalho, considerando que todas seriam votadas com o mesmo sentido de voto.

Sra. Vereadora Rita Carvalho – Referiu que não havia objeções por parte das bancadas e propôs que fossem lidos apenas os títulos das propostas.

Sr. Vereador Vítor Ferreira – Disse que a bancada do Partido Socialista concordava com a proposta e acompanhava.

Sr. Presidente – Não se tendo verificado oposição por parte dos senhores vereadores, foi colocada a votação em bloco, as deliberações n.ºs 616/2025 a 630/2025, que foram aprovadas por unanimidade.

27. Deliberação n.º 616/2025 – Proposta n.º 144/2025 – DURB/DITA – Isenção do pagamento das taxas devidas por inspeção aos elevadores números 371-15.12/001494 e 371-15.12/001495 - Processo n.º 229/06

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 79 (ver ponto 26).

28. Deliberação n.º 617/2025 – Proposta n.º 145/2025 – DURB/DITA – Isenção do pagamento da taxa devida por reinspeção de elevador (processo CMS-15.12/000118) - Processo n.º 102/06

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 80 (ver ponto 26).

- 29. Deliberação n.º 618/2025 – Proposta n.º 146/2025 – DURB/DITA – Isenção total do pagamento das taxas urbanísticas inerentes à construção da nova unidade de ambulatório de psiquiatria da infância e adolescência - Processo n.º 127/23**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 81 (ver ponto 26).

- 30. Deliberação n.º 619/2025 – Proposta n.º 147/2025 – DURB/DIGU – Minuta de contrato de urbanização a celebrar com a particular, Emília de Jesus Boazinha Flores Raposo - Processo n.º 1108/19**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 82 a 84 (ver ponto 26).

- 31. Deliberação n.º 620/2025 – Proposta n.º 148/2025 – DURB/DIGU – Aprovação de alteração de Planta de Síntese - Processo n.º 1110/21**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 85 (ver ponto 26).

- 32. Deliberação n.º 621/2025 – Proposta n.º 149/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de projeto de arquitetura e concessão da licença - Processo n.º 60/25**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 86 (ver ponto 26).

- 33. Deliberação n.º 622/2025 – Proposta n.º 150/2025 – DURB/GAPRU – Aprovação de Projeto de Arquitetura e Concessão de Licença, para Obras de Demolição Parcial de um Edifício - Processo n.º 275/24**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documento anexo registado sob o n.º 87 (ver ponto 26).

- 34. Deliberação n.º 623/2025 – Proposta n.º 151/2025 – DURB/DIMOT – Aprovação de Minuta de Protocolo de Cooperação entre a Câmara Municipal de Setúbal e a Autoridade Nacional de Segurança Rodoviária (ANSR)**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 88 e 89 (ver ponto 26).

- 35. Deliberação n.º 624/2025 – Proposta n.º 152/2025 – DURB/DIMOT – Estacionamento de uso privativo ao PSD – Atribuição de 1 lugar, na Rua Rodrigues de Freitas**

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 90 a 92 (ver ponto 26).

36. Deliberação n.º 625/2025 – Proposta n.º 153/2025 – DURB/DIMOT – Sinalização de estacionamento proibido na Rua Humberto Modas Daniel

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 93 a 95 (ver ponto 26).

37. Deliberação n.º 626/2025 – Proposta n.º 154/2025 – DURB/DIMOT – Atribuição de estacionamento de uso privativo à Paróquia de S. Lourenço de Azeitão – Atribuição de 1 lugar, na Rua José Augusto Coelho nº 124

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 96 a 98 (ver ponto 26).

38. Deliberação n.º 627/2025 – Proposta n.º 155/2025 – DURB/GARIU – Alteração à deliberação n.º 588/2025 - Ocupação de via pública com suporte de publicidade exterior “SPACESHOW” - Processo n.º 83/25

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 99 e 100 (ver ponto 26).

39. Deliberação n.º 628/2025 – Proposta n.º 156/2025 – DURB/GARIU – Continuidade de 41 painéis publicitários

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 101 e 102 (ver ponto 26).

40. Deliberação n.º 629/2025 – Proposta n.º 157/2025 – DURB/GARIU – Ocupação de via pública com unidade móvel – Rulote para venda de bifanas - Processo n.º 149/19

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 103 e 104 (ver ponto 26).

41. Deliberação n.º 630/2025 – Proposta n.º 174/2025 – DURB/DAF/DICONT/SERGEP – Cedência em regime de direito de superfície, a título gratuito, a constituir sobre parcela de terreno, com área de 5.010,00 m², sita na Estrada da Chamburginha, na Freguesia do Sado

A proposta foi aprovada, por unanimidade e em minuta, conforme documentos anexos registados sob os n.ºs 105 a 109 (ver ponto 26).

C) PERÍODO DESTINADO À INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Sra. Tânia – Explicou que se fazia presente devido a uma situação ocorrida em março do corrente ano, quando um pinheiro de grandes dimensões caiu, destruindo o muro da sua habitação. Informou que, durante meses, procurou obter documentação comprovativa de que o pinheiro se encontrava em perfeito estado fitossanitário e biomecânico, conforme orientação

4

do seguro da Câmara Municipal, mas que apenas recebeu um e-mail da DIEVE informando que não existia qualquer documento dessa natureza, apenas uma avaliação direta no local. Destacou que, no momento da avaliação, nem o tronco nem a copa da árvore estavam presentes, encontrando-se apenas o cepo e as raízes, sendo que a árvore não recebia manutenção há vários anos.

Mencionou ter solicitado um relatório fitossanitário e biomecânico, bem como um relatório das atividades realizadas na área (podas, limpezas e rega), que não foram fornecidos, recebendo apenas a justificativa de que, por se encontrar em perfeito estado fitossanitário e biomecânico, a queda do pinheiro teria sido consequência da tempestade Martinho.

Informou ainda que lhe foi enviado um argumento genérico da Proteção Civil, referindo que não se sabia quantas árvores caíram naquele dia devido a falência radicular provocada por excesso de rega. Ressaltou que não existia avaliação detalhada do local onde o pinheiro se situava, nem das suas dimensões, e que também não foi considerada a situação das árvores vizinhas, que se encontravam no mesmo estado que o pinheiro que caiu. Acrescentou que desejava ter acesso a essa informação, considerando-se no seu direito como munícipe.

Além disso, explicou que árvores em perfeito estado fitossanitário não apresentam pragas de lagarta do pinheiro, enquanto ela constatava a presença da praga. Informou ainda que, menos de um mês antes, possuía fotografias mostrando a infestação de lagarta no pinheiro que caiu.

Ressaltou que o pinheiro de grandes dimensões estava situado num talude de declive acentuado e em posição elevada, e que, por sorte, na tempestade, todas as outras árvores, incluindo um placar publicitário localizado a dois ou três metros de distância, tombaram para o lado oposto, sendo que apenas aquele pinheiro caiu sobre o muro.

Reclamou que não conseguia chegar a ninguém, apesar de ter enviado e-mails para diversos setores. Informou que, antes dessa intensa troca acesa de e-mails, vivia numa lixeira a céu aberto, mas que, naquele momento, a recolha de lixo estava a ser realizada regularmente às quartas-feiras. Destacou que, há anos, a manutenção se limitava apenas a roçar o mato duas vezes por semana, e que, na semana anterior, havia sido realizada rega. Especificou que estavam a falar de quatro pinheiros, dois ou três sobreiros e mato rasteiro.

Sr. Presidente – Referiu que naquela reunião não eram especialistas na matéria e que a elaboração de relatórios de avaliação era complexa. Contudo, considerou que a senhora tinha direito ao acesso à informação, afirmando que esse direito era sagrado, e comprometeu-se a verificar o processo.

Sra. Tânia – Reforçou que a situação se arrastava há muito tempo e que tinha sido muito tolerante, enviando apenas um ou dois e-mails por mês. No entanto, considerou uma falta de respeito e de sensibilidade muito grande ter de esperar quatro meses para receber um e-mail simples, sem relatórios ou documentos, que apenas informava que havia sido feita uma observação direta e que estava tudo bem.

Ela explicou que residia na área e pagava devidamente pelos serviços, tendo arcado com o abate de três árvores no seu quintal para evitar problemas tanto para os vizinhos quanto para a Câmara. Acrescentou que gostaria de saber se, caso não tivesse tomado essa iniciativa e tivesse negligenciado a situação do seu lado, poderia ter apresentado à Câmara exatamente os mesmos argumentos que lhe haviam sido apresentados.

Sr. Presidente – Disse que tinha o contacto da senhora Tânia e que iriam verificar aquele processo e avaliá-lo, mas destacou que isso deveria ser feito com base em pareceres técnicos.

Sra. Tânia – Disse que compreendia a situação, mas que o problema se prendia com a falta de informação. Explicou que bastaria um e-mail simples quando o documento tinha sido solicitado considerando que tinha informação do seguro da Câmara, que supostamente lhe teriam enviado um documento. Acrescentou que, foram utilizados dois termos — “biomecânico” e “fitossanitário” — sem fornecer os dados necessários para fundamentar essas afirmações.

Referiu que agradecia e, considerando todas as propostas que tinham estado a aprovar, solicitava que a Câmara tivesse um pouco mais de atenção ao estado fitossanitário e biomecânico das árvores do concelho e se realizasse estudos a esse respeito. Explicou que havia encontrado um estudo antigo, de uma área específica, feito há muitos anos.

Esclareceu que não tinha realizado o trabalho da Câmara porque não dispunha de capacidade para executar o seu próprio trabalho e o da Câmara. Acrescentou que, como munícipe, também lhe competia alertar sobre o estado do pinheiro que caiu, assim como sobre a situação das demais árvores, e fez a ressalva de que os outros pinheiros estavam na mesma condição, apenas não possuíam a mesma dimensão.

Observou que o pinheiro que caiu tinha dimensões consideráveis e estava localizado na parte superior do talude, enquanto os demais estavam mais abaixo e eram menores. Ressaltou que nenhuma das árvores havia recebido podas de limpeza ou qualquer tipo de manutenção. Concluiu que a queda seria previsível em dias de tempestade, mas não ocorreria por causa da tempestade em si, e sim devido à falta de manutenção.

Sr. Presidente - Agradeceu a presença da senhora, destacando que a participação dos cidadãos na defesa de seus direitos era importante, independentemente de se concluir posteriormente se tinham razão ou não. Garantiu que o processo seria verificado e que alguém entraria em contato com a senhora para fornecer esclarecimentos.

Sra. Tânia - Finalizou explicando que, embora estivesse numa situação desconfortável, pertencia a Palmela, mas pagava a água e a gestão de resíduos a Setúbal, pagando água mais cara e esgotos que na realidade não possuía. Referiu que, quanto ao lixo, a situação até então havia sido precária, mas que havia sido humilde ao chegar à reunião e reconhecer que, com a recente troca de e-mails, o problema da recolha de lixo estava resolvido. Destacou que, de há um mês para cá, a recolha estava a ser realizada corretamente e que a lixeira havia deixado de existir. Por fim, observou que a área de terreno era muito pequena para manutenção adequada e que, considerando o que a Câmara recebia, deveria haver um cuidado maior com a gestão e manutenção da área.

Sra. Lucília – Disse que o assunto que a trazia novamente estava relacionado com a habitação. Informou que havia estado no local quinze dias antes, e que o senhor Presidente tinha-lhe dito que lhe iam ligar, mas até ao momento ninguém lhe tinha ligado.

Apelou mais uma vez para que lhe fosse encontrada uma solução, considerando que não havia habitação disponível enquanto as obras sociais estivessem em andamento. Referiu que, embora existissem habitações, não poderiam ser atribuídas devido à realização das obras sociais. Pediu qualquer alternativa provisória, como um contentor, apenas para ter um

h

local adequado para si e para os filhos, ressaltando que, com a chegada do Outono e as chuvas recentes, a situação tinha se tornado muito difícil.

Ela relatou que sua filha havia passado por uma mini cirurgia no pé na sexta-feira anterior e que, obviamente, precisava de condições adequadas e conforto. Ressaltou que os filhos e ela necessitavam de condições adequadas, especialmente o mais novo, que apresentava problemas de saúde com 90% de incapacidade. Com a chuva, viu-se obrigada a entrar numa casa em ruínas, sem quaisquer condições, correndo risco de desabamento sobre os filhos, e sem água, luz ou qualquer infraestrutura mínima. Por fim, solicitou que, enquanto não houvesse uma habitação em condições disponível, lhe fosse providenciado um contentor ou outra alternativa adequada para que pudesse permanecer com os filhos em segurança.

Sr. Presidente – Disse que em primeiro lugar queria pedir desculpa, explicando que algo não havia funcionado bem no processo de contacto. Acrescentou que alguém entraria em contacto para analisar o caso e verificar quais soluções poderiam ser implementadas, reiterando os pedidos de desculpa pelo ocorrido.

Sra. Lucília – Disse que ninguém a contactava por telefone. Referiu que, quando se dirigia à Câmara era atendida por pessoas mal-educadas, situação que, segundo ela, também havia ocorrido com outras pessoas. Acrescentou que essas pessoas repetiam sempre a mesma informação, dizendo que não havia habitações disponíveis.

Sr. Presidente – Disse que conhecia as dificuldades enfrentadas pelos próprios serviços quando essas situações ocorriam. Observou que, há pouco tempo, durante a sessão, tinha sido mencionado que a falta de habitação era um dos maiores flagelos existentes. Ressaltou que a habitação era algo fundamental para a vida de todos e considerou importante que os serviços reavaliassem a situação anteriormente descrita. Acrescentou que, em todas as reuniões da Câmara, compareciam muitas pessoas a pedir uma casa e que todas apresentavam razões mais do que suficientes para terem direito a uma. No entanto, reconheceu que se vivia um momento difícil, como tinha dito eles não conseguiam resolver o problema da habitação, e destacou que a sua intenção era que os serviços analisassem a situação descrita da última vez no sentido de ser se existia alguma solução.

Sra. Lucília - Afirmou que a sua pontuação não era má, pois tinha uma classificação de seis vírgula zero. Explicou que anteriormente estava em quinto ou sexto lugar e que, no momento, passara para o nono. Disse que, mesmo que não houvesse uma habitação disponível para lhe ser atribuída de imediato, desejava que lhe encontrassem uma solução, uma vez que se encontrava na rua. Acrescentou que viver numa casa em ruínas com três crianças era o mesmo que estar sem abrigo. Manifestou receio de que uma assistente social lhe retirasse os filhos, por não ter condições adequadas para os manter, sobretudo tendo em conta que apresentavam graves problemas de saúde e viviam numa casa em ruínas. Observou que aquela situação não era boa para nenhuma mãe e pediu ao senhor presidente que colocasse a mão no coração e a ajudasse a encontrar uma solução.

Sr. Presidente – Disse que, desta vez, iria confirmar se tinham falado com a senhora por telefone. Lembrou que, na ocasião anterior pensava que as coisas funcionassem normalmente, e pediu desculpa por isso. Acrescentou que, desta vez, iria verificar se o telefonema já havia sido efetuado.

Sra. Francília – Disse que estava inscrita há quatro anos para a atribuição de uma habitação. Explicou que a casa onde residia estava em litígio judicial, pois o senhorio já havia recorrido ao tribunal, e que, dentro de pouco tempo, certamente ficaria sem teto. Referiu que necessitava de uma casa pequena apenas para si, já que vivia sozinha. Acrescentou que havia procurado o serviço de habitação algumas vezes, mas que não recebeu explicações claras e que o atendimento havia sido inadequado, deixando-a sem saber o que fazer. Por isso, decidiu comparecer pessoalmente, para entender o que poderia ser feito e quais medidas poderia tomar.

Sr. Presidente – Questionou à senhora se ela estava inscrita nos serviços e se sabia qual era a sua posição.

Sra. Francília – Disse que estava inscrita há quatro anos e observou que a sua pontuação parecia um pouco baixa.

Sr. Presidente – Questionou se já lhe haviam informado a posição.

Sra. Francília – Disse que era “zero qualquer coisa” e que achava que tinha baixado desde a última vez.

Sr. Presidente – Referiu que, como se podia observar, muitas pessoas recorriam aos serviços com situações muito delicadas. Destacou que todos são humanos e, por isso, muito sensíveis a essas situações, especialmente quando envolvem crianças, como ocorrera há pouco. Esclareceu que certamente, os serviços informaram que não há habitações disponíveis, e naquele momento estava a decorrer o processo de requalificação. Explicou que, por vezes, as pessoas sugerem a utilização de monoblocos, mas que existe dificuldade em adquiri-los, mesmo para transferir temporariamente os moradores enquanto as obras são realizadas, e depois devolvê-los às casas requalificadas. Ressaltou que, devido a essas limitações, nem sempre é possível dispor de um monobloco para resolver os problemas das pessoas, concluindo que se trata de uma situação muito difícil.

Sra. Francília – Afirmou que vivia sozinha e que, caso o senhorio a colocasse na rua, não sabia para onde iria. Explicou que o senhorio queria fazer-lhe um novo contrato com pagamento entre seiscentos e cinquenta e setecentos euros, mas disse que não podia pagar. Acrescentou que o senhorio acabou por levá-la ao tribunal, com o objetivo de promover o despejo, e reiterou sua preocupação sobre para onde iria depois de ficar sem habitação.

Sr. Presidente – Questionou se a senhora já possuía a decisão do tribunal.

Sra. Francília – Respondeu que ainda não a tinha recebido, mas que provavelmente a receberia em breve.

Sr. Presidente – Agradeceu a presença da senhora Francília e observou que se trata de mais uma situação. Expressou esperança de que o tribunal decidisse a favor dela e acrescentou que, entretanto, poderia ser possível conseguir outras condições, atualmente indisponíveis, que permitissem disponibilizar mais alguma habitação.

Sra. Francília – Referiu que necessitava apenas de uma casa pequena, um T1 só para si, e que isso seria suficiente. Acrescentou que estava a passar por um sofrimento enorme.

Sr. Presidente – Afirmou que achava importante que a senhora comparecesse aos serviços com alguma regularidade para verificar qual era a sua posição na lista, uma vez que, por

vezes, surgem oportunidades de habitação. Propôs que ela visitasse os serviços periodicamente, com o objetivo de acompanhar se surgiam melhores condições para a atribuição da casa.

Sra. Francília – Referiu que tinha estado nos serviços há cerca de uma semana e meia e que não tinha gostado do atendimento. Explicou que lhe informaram que a sua pontuação estava baixa e que não poderiam fazer mais nada. Acrescentou que considerava que, mesmo com uma pontuação baixa, certamente haveria outras pessoas com pontuações ainda mais baixas do que a sua.

Sr. Presidente – Disse que, naquele momento, não havia nenhuma casa disponível. Expressou esperança de que a situação em que a senhora se encontrava fosse ultrapassada, de forma que

houvesse consideração pela sua condição. Propôs que ela visitasse os serviços com alguma frequência para verificar se surgisse alguma vaga que lhe permitisse obter uma habitação.

Sra. Francília – Disse que não havia vagas e que, devido à forma como era tratada quando ia aos serviços, até lhe custava ir. Explicou que ficava nervosa após as visitas, pois sentia que não recebia informações claras ou explicações sobre a sua situação. Observou que o atendimento era sempre feito de forma apressada e arrogante, limitando-se a dizer que a sua pontuação estava baixa, sem resolver nada.

Sr. Presidente – Disse que algumas situações iam sendo resolvidas, embora não todas e não tantas quanto gostariam, mas havia progressos. Explicou que, naquele momento, não havia condições de garantir datas específicas para a atribuição de uma habitação, como “na próxima semana” ou “daqui a quinze dias ou um mês”. Acrescentou que, diante disso, só podia aconselhar que a senhora aguardasse, na esperança de que a sua situação atual se mantivesse por mais algum tempo e de que, eventualmente, surgisse disponibilidade de uma casa que atendesse às suas necessidades.

Sra. Ema – Disse que comparecia novamente ali, recordando que já tinha estado presente em julho. Explicou que a sua mãe se deslocara para França com o seu irmão por não ter condições de pagar a casa e que, desde então, passou a viver numa habitação pertencente a uma família cigana. Esclareceu que, embora não tivesse nada contra essas pessoas, vinha sendo maltratada há cerca de dois anos e que estava a ser vítima de violência doméstica e psicológica. Acrescentou que tinha três problemas de saúde e uma incapacidade de sessenta por cento. Relatou que, quando estivera na reunião de julho, o senhor Presidente dissera que alguém entraria em contacto consigo, o que de facto aconteceu, cumprindo ele a sua palavra. Mencionou que lhe fora entregue uma carta, não sabendo precisar se em resposta a um e-mail seu ou a um relatório elaborado pela doutora Ana, assistente social. Explicou que o doutor Rabaçal enviara outra carta semelhante, informando que a sua candidatura ao concurso de acesso a habitação pública municipal, no regime de arrendamento apoiado, fora reavaliada. Segundo o despacho do vereador Carlos Rabaçal, datado de 4 de agosto de 2025, após nova análise socioeconómica e verificação da documentação entregue, a decisão anterior se mantivera, confirmando as informações previamente prestadas.

Referiu ainda que continuava a viver uma situação de violência doméstica, sendo alvo de provocações, insultos e ameaças, e que já tinham tentado agredir-lhe com objetos, pratos e até

4

facas. Afirmou que o agressor era de etnia cigana, assim como os seus pais, e que essa situação se tornava insustentável.

Explicou que mantinha contacto frequente com a Câmara, participando de reuniões com a doutora Sara e com a juíza, e que já se deslocara mais de seis vezes à instituição. Informou que, segundo lhe haviam dito, a sua pontuação passara de 2,5 para 2,7, resultado de uma atualização efetuada pelo doutor Carlos Rabaçal, o que fizera com que passasse do lugar duzentos e quarenta e seis para cerca do centésimo sexagésimo.

Referiu ainda que existia uma casa, situada no terceiro andar do edifício onde morava, pertencente à Câmara Municipal e atualmente desabitada. Disse que desejava saber se poderia habitar essa habitação, uma vez que não suportava mais a situação em que se encontrava. Concluiu afirmando que já fora internada três vezes no hospital, que fazia uso de ansiolíticos e antidepressivos, e que o seu estado emocional se agravava a cada dia, tornando o sofrimento insuportável.

Sr. Presidente – Perguntou se já tinha questionado os serviços sobre a razão pela qual a casa mencionada se encontrava vazia.

Sra. Ema – Disse que a senhora que lá estava havia saído da casa.

Sr. Presidente – Insistiu, perguntando se ela já tinha colocado essa questão diretamente nos serviços.

Sra. Ema – Disse que ainda não havia colocado essa questão nos serviços. Relatou que os funcionários não diziam nada, agindo de forma rude, como também fora mencionado por outras senhoras presentes. Disse que eles apenas repetiam que a sua pontuação não era suficiente e que, portanto, não conseguiria uma habitação, acrescentando que não valia a pena ligar novamente, pois a situação se mantinha inalterada. Referiu que estava a sofrer, lembrando que tinha solicitado uma casa há dois anos e que, desde então, permanecia à espera de uma solução habitacional.

Sr. Presidente – Questionou qual era a posição da senhora Ema.

Sra. Ema – Referiu o número do seu processo, informando que este tinha sido analisado pelo doutor Carlos Rabaçal, e que a sua pontuação estava em 2,70, o que considerava insuficiente. Alegou que essa pontuação não permitiria que obtivesse uma casa e que se encontrava cansada de sofrer, enfrentando uma situação muito complicada, apesar de ter apenas 27 anos. Acrescentou que o seu desejo era ter um T1 apenas para si, assim como reunir a sua mãe e o seu filho de treze anos, que não estavam consigo. Explicou que, recentemente, a sua mãe teve de ir para o estrangeiro por não ter condições de pagar a casa, embora esta não pertencesse à Câmara Municipal. Enfatizou a soluçar que tudo o que queria era ter a mãe e o filho consigo, juntamente com uma habitação, reiterando que solicitava apenas um T1, nada mais.

Sr. Presidente – Disse que iria solicitar novamente aos serviços que entrassem em contacto com a senhora, de modo que a sua situação pudesse ser reavaliada.

Sra. Ema – Disse que a doutora Ana lhe havia dito que iria acelerar o processo mediante um relatório, mas que, na prática, ninguém o tinha analisado. Relatou que o doutor Carlos Rabaçal não havia lido nenhum relatório, e que lhe informaram que não constava nenhum relatório nos serviços. Explicou que a sua assistente da LATI, tinha elaborado o relatório, e

4

enviado à doutora Ana, mas que, ainda assim, disseram-lhe que não tinham recebido nem tinham conhecimento do relatório.

Sr. Presidente – Disse que iriam analisar a situação e que talvez ainda naquela semana conseguissem contactá-la. Acrescentou que, caso não fosse possível, na segunda ou terça-feira alguém entraria em contacto com a senhora. Esclareceu que, ao fazer essas observações, não estava a garantir que seria atribuída uma casa, pois, como explicou, não é possível disponibilizar habitação de um dia para o outro; esta depende da existência de vagas. No entanto, ressaltou que os serviços poderiam sempre avaliar a situação e, com base nos critérios existentes, ajudar a melhorar a posição na lista para ter acesso a uma casa.

Sra. Ema – Disse que não conseguia estar em casas de acolhimento ou de abrigo devido à sua doença incapacitante, mas esclareceu que estava medicada e em situação estável.

Sr. Presidente – Disse que um técnico iria entrar em contacto com a senhora para avaliar a sua situação e verificar de que forma seria possível melhorar o posicionamento do seu processo.

Sra. Ema – Questionou se poderia ocupar a casa desabitada.

Sr. Presidente – Disse que não. Explicou que não acompanha diretamente esses processos e que o que poderia fazer seria solicitar aos serviços que avaliassem melhor a situação, acrescentando que não poderia intervir de outra forma.

Sr. Vereador Carlos Rabaçal – Disse que, embora não fosse sua intenção intervir, não podia aceitar que permanecesse na Câmara a ideia de que os trabalhadores da habitação tratam mal as pessoas que procuram os serviços. Esclareceu que os profissionais trabalham arduamente todos os dias para garantir apoio às pessoas, mesmo estando exaustos, e fornecem toda a informação necessária sobre a situação de cada indivíduo, incluindo a posição na lista e o andamento dos processos. Observou que, quando as pessoas não ouviam o que gostariam de ouvir, tendiam a achar que não eram bem tratadas. Referiu que isso não podia ser assim, pois, caso contrário, seria necessário indicar quem havia tratado mal, o que foi dito, de que forma ocorreu o atendimento inadequado, quando e como, para que fosse possível verificar se havia funcionários que tratavam mal as pessoas. Reforçou que essa situação não podia ocorrer.

Acrescentou que, quando são solicitadas informações adicionais, isso geralmente ocorre porque os processos estão incompletos, e que não basta apenas afirmar que a pessoa é vítima de violência doméstica; é preciso que tal estatuto esteja devidamente documentado e reconhecido por quem de direito.

Salientou que existem dezenas de mulheres e alguns homens vítimas de violência doméstica que, naquele momento, não tinham habitação, e que a atribuição não é automática.

Percebia o desespero das pessoas, que tinham muita dificuldade em aceitar que, ao procurarem um serviço desesperadas, não recebiam a resposta de que necessitavam. No entanto, isso não lhes conferia o direito de considerar que estavam a ser maltratadas pelo simples facto de não receberem a resposta que gostariam de ouvir. Era preciso que isso ficasse claro aos serviços de habitação e também aos serviços da área social, que faziam o máximo que podiam com os meios que tinham para ajudar as pessoas que recorriam a eles.

Sr. Mário – Disse que, há duas semanas, quando ali tinha ido, tinham ficado algumas questões por responder, sendo aquela a terceira vez que ali ia. Referiu que tinha ficado feliz por ter ouvido falar bastante em democracia, tanto por parte do PS, do PSD e da CDU.

Considerava algo fundamental, nos dias de hoje, poderem expressar sentimentos e reivindicar o que era necessário em sociedade e, de facto, a CDU, naquele caso, como dizia o slogan “tem gente de verdade”, tinha funcionários e recursos humanos trabalhadores honestos e competentes, embora também houvesse alguns que não eram.

Referiu que, há duas semanas, tinha colocado três questões: uma o senhor Presidente respondeu, embora não tivesse ficado muito satisfeito com a resposta, e, em relação às outras duas, disse que seria contactado, o que não tinha acontecido, tal como com outros municípios. Tal como tinha ouvido o senhor Vereador Fernando Negrão e, em momentos anteriores, o PS, claro que havia insatisfação dos municípios. O senhor Presidente, na Assembleia Municipal, referiu e bem que, quando somos informados, temos melhores condições para resolver os problemas; naquele dia, naquela sala, referiu, e bem, que tinham acesso à informação, o que considerava sagrado. No entanto, a atitude do senhor Vereador Pedro Pina na Assembleia Municipal tinha sido tudo menos democrática, penalizando, por isso, tanto os setubalenses quanto o PCP e o Partido dos Verdes. Ao longo dos últimos anos, diversas situações tinham decorrido, e já tinha sido referida pela senhora Vereadora Sónia Martins a importância de “servir os setubalenses e não se servirem a si próprios”, pelo que deu os parabéns por essa postura.

Em relação à pergunta que tinha feito, esta tinha a ver com os pavilhões municipais desportivos. Em 2017, o PCP tinha referido, corretamente, que faltavam pavilhões em diversas escolas, incluindo duas em Azeitão, onde residia e onde a sua filha estudou, e a Escola Dom Manuel Martins, na qual, nesse momento, estava a ser construído um segundo pavilhão, quase exclusivamente para a ginástica de alto rendimento, conforme constava na página da autarquia.

O senhor Presidente, como habitual, ao falar de saúde ou educação, remetia para o setor central, para o Governo. Referiu que estava identificado, constava no PDM no relatório de 2021, a construção do pavilhão Dom Manuel Martins, a requalificação da Escola Secundária do Bocage, a cobertura da piscina das Manteigadas, além de um conjunto de obras estruturantes para Setúbal, nenhuma das quais havia sido concretizada; algumas sequer tinham sido iniciadas. Era natural que houvesse insatisfação.

Questionou o senhor Presidente sobre a possibilidade de o Governo construir três pavilhões num espaço de 500 metros — ou seja, um terceiro numa escola — algo que considerava improvável. Destacou que tal deveria ser estratégico, articulando a área da educação e a do desporto, com contratos-programa e protocolos, servindo tanto a escola quanto as coletividades, ao final do dia e nos fins de semana. Observou que, atualmente, as pessoas estavam mais informadas e capacitadas para questionar e perguntar e naturalmente que havia escrutínio. Citou exemplos: na saúde e na habitação, as situações eram catastróficas; na educação, era semelhante, com colegas de sua filha sem cinco professores na escola pública em Azeitão, o que considerava um flagelo com consequências dramáticas a médio e longo prazo.

Questionou o que Setúbal tinha feito, lembrando que, no interior, outros municípios incentivavam a natalidade, a fixação de professores e de médicos. Referiu que o senhor Vereador Fernando Negrão tinha falado de Nova Iorque, mas que não era necessário ir tão longe, pois questões semelhantes ocorriam em municípios vizinhos, mais na periferia, Setúbal felizmente estava numa área de grande densidade populacional. Salientou que os municípios com poder local, podia atuar com mais proximidade junto das pessoas, podiam ter uma intervenção de qualidade. Existiam ferramentas e estratégias, não se devia remeter todas as responsabilidades para o setor central.

4

Agradeceu o trabalho desenvolvido naquele mandato e esperava que, no futuro, as coisas corresse da melhor forma para todos os municípios de Setúbal.

Finalizou dizendo que precisava de respostas para duas questões relacionadas com os seus filhos, que praticavam natação na “A Onda”, em Azeitão. Referiu que tinha trazido a ata da reunião em que esteve, no dia 17 de abril de 2024, na qual o senhor Vereador Pedro Pina, ao justificar por que existia protocolo com o Clube Naval Setubalense e não com a “A Onda”, transmitiu que a razão não assistia, conforme registado em ata, e muito bem. Considerou que os serviços municipais tinham estado muito bem, mais uma vez, e que realizavam um trabalho de excelência. Solicitava, contudo, que fosse explicitamente explicado por que a razão não assistia; referia saber o motivo, mas afirmava que isso precisava ser tornado público, e questionava se havia, de facto, algum interesse desportivo. Perguntou por que razão a “A Onda” não tinha direito a saudações.

Referiu que tinha colocado a questão em abril, enviado e-mails em junho e julho, e participado numa reunião presidida pela senhora Vereadora Carla Guerreiro, solicitando que enviasse um e-mail, o qual não teve resposta. Voltou ao local quinze dias atrás, mas não obteve resposta, embora percebesse que o senhor Presidente fora cordial, como ele também estava a ser, e que não podia saber de tudo. Lembrou que questionara sobre o envio de dinheiro a instituições de Almada, algo que também não fazia sentido, pois os impostos eram pagos em Setúbal, devendo haver responsabilização. Destacou a necessidade de a sociedade ser exigente com os próprios e com aqueles que governam.

Portanto, gostaria de ter uma resposta concreta sobre a questão do protocolo e o contrato-programa com a “A Onda”, especialmente porque, com a aproximação das eleições, não se sabia o que aconteceria. Destacou que o Clube Naval Setubalense tinha protocolo até dezembro de 2026, enquanto a “A Onda” não tinha, embora tivesse um protocolo de 2015 e apoios financeiros em 2021 e 2022. Reforçou que a questão não tinha relação política, e atravessava vários mandatos e que, até à presente data, não havia garantias para os seus filhos. Por isso, solicitava que fosse esclarecido por que não havia protocolo ou contrato-programa, e quais garantias tinham, enquanto encarregados de educação, relativamente ao futuro naquela instalação desportiva que era municipal.

Sr. Vereador Fernando Negrão – Disse que, quando tinha falado de Nova Iorque, tinha sido a propósito da democracia e da qualidade da democracia, e não por qualquer outro motivo, incluindo habitação.

Sr. Presidente - Disse que, relativamente à questão do protocolo com a “A Onda”, não sabia dar uma resposta. Referiu que eles faziam política, tinham projetos e faziam política. Ressaltou que a primeira preocupação deles era cumprir com aquilo que eram as competências do poder local, e que o que o senhor Mário tinha mencionado não se enquadrava nas competências primárias do poder local. Não tinham, e na sua opinião não deviam ter. Existia um Estado de direito democrático, em que a estrutura do Estado possuía competências específicas, e essas competências deveriam ser cumpridas por quem assumia as responsabilidades. Não era à Câmara Municipal que cabia construir o pavilhão da Escola Dom Manuel Martins; estava bem definido a quem competia essa responsabilidade.

Também não estava em lugar algum a dizer que as câmaras municipais deveriam providenciar habitação para professores ou médicos. Naturalmente, compreendiam que alguns municípios diziam: “mas se a Câmara arranjasse casas para os médicos, talvez tivéssemos melhores médicos”, mas isso, segundo ele, iria destruir a estrutura do Estado

4

democrático e a responsabilidade de cada um dentro dessa estrutura, pois, caso contrário, questionava o que andavam a fazer. Havia eleições regulares e, portanto, quem ganhava as eleições devia zelar por isso. Quem nomeava para determinada função ou estrutura tinha de ter responsabilidade pelas competências atribuídas.

Era essa a visão deles. Sabia que outros tinham outra perspetiva e, na sua opinião, isso explicava o estado em que se encontravam: se não a saúde funcionava como deveria, e se os professores não estavam na situação em que se encontravam, a realidade seria diferente. Mas aquela era a forma deles de olhar para a realidade. No poder local, exerciam as competências que lhes eram atribuídas e iam muito além disso, sempre dentro do orçamento municipal. Quando optavam por substituir suas competências, expandindo-as para outras áreas, penalizavam os municípios que tinham direitos nas áreas de nossa competência. E, depois era o deixa andar resultando em desresponsabilização. Achava que, nos sucessivos governos, havia falta de responsabilização nas áreas que lhes competiam. Sabia que todas as autarquias ultrapassavam em muito as suas competências, e que havia membros do governo que achavam: “passamos isso para a autarquia”, o que considerava um erro. Isso preocupava-o profundamente, pois ver responsabilidades sendo desviadas e não assumidas corroía a estrutura do Estado.

Estavam a construir dois centros de saúde em Setúbal, não tinham competência na área da saúde, mas haviam assumido essa responsabilidade. Tinham ainda outro compromisso de construir mais um centro de saúde. Questionou quem fornecia os terrenos para a construção e respondeu que a Câmara Municipal. Ao construir escolas, de responsabilidade do Estado, perguntou quem fornecia os terrenos, respondeu as câmaras municipais. Uma escola seria construída na freguesia de Gâmbia-Pontes e Alto da Guerra, mas devido às linhas de alta tensão nos terrenos do município, houve grande dificuldade na instalação. Aquilo era um emaranhado de linhas de média e alta tensão, e caíram num terreno do Ministério da Agricultura. Falaram com a CCDR, que tinha assumido essas responsabilidades que os mandou falar com a gestão, que era quem fazia o negócio. O que a CCDR solicitou foi que Câmara apresentasse os investimentos e a área do terreno para calcular os custos, para a Câmara pagar. Questionou se aquilo era normal. Os orçamentos e o património da Câmara pertenciam aos municípios, e decisões daquele tipo poderiam prejudicar direitos e património dos municípios, em Setúbal e pelo país fora. Cada um devia assumir suas responsabilidades, e se todos assumissem as suas responsabilidades na estrutura do Estado naturalmente que nem a habitação, nem a saúde nem a educação, para não ir mais além, estavam no estado em que estavam.

As desculpas eram muitas, assim como discussões e conversas longas, mas o que era fato é que os princípios deveriam ser cumpridos, e eles estavam estabelecidos nas leis e na estrutura do Estado. Pediu desculpa, mas ressaltou que o senhor Mário havia mencionado matérias que conhecia bem, pois acompanhava-os há muitos anos e sabia o que acontecia pelo país. Observou que ia sempre tudo carregar nas autarquias. Questionou há quanto tempo não se ouvia falar da Lei das Finanças Locais. Alguém perguntava, alguém sabia se a Lei das Finanças Locais, aprovada na Assembleia da República estava a ser cumprida. Garantiu que não estava a ser cumprida. Considerava que a responsabilidade também era dos municípios, pois, se a Associação Nacional de Municípios e os municípios em conjunto exercessem sua pressão corretamente, a situação não estaria como estava.

Por fim, dirigiu-se ao senhor Mário, afirmando que poderiam ter opiniões diferentes, mas ele sentia aquilo de forma muito intensa. Os exemplos eram numerosos e aquela situação não

4

deveria acontecer: cada um deveria assumir as responsabilidades que lhe cabiam, de acordo com as competências estabelecidas em quadro legal.

(intervenção inaudível)

Sr. Mário – Disse que era inaceitável.

Sr. Presidente – Disse que o senhor Vereador responderia caso entendesse. Acrescentou que iria informar-se sobre o que o senhor Mário tinha referido a respeito da inexistência de um protocolo com a “A Onda”. Explicou que o processo com a “A Onda” era acompanhado há muitos anos em reunião de Câmara, mas que nunca tinha sido da sua responsabilidade direta. Considerava que a “A Onda” prestava um serviço importante para o bom funcionamento do apoio técnico em Azeitão. No entanto, naquele momento não sabia ao certo, mas iria informar-se sobre o assunto, para verificar se havia ou não protocolo; em princípio, existia uma relação formal entre a Câmara Municipal e a “A Onda”.

Sr. Mário – Disse que, em relação ao senhor Vereador Fernando Negrão, nunca se quis referir à habitação em relação a Nova Iorque, pois esse não tinha sido o contexto. Referiu ainda que o senhor Vereador Pedro Pina tinha pelouro e responsabilidades e tinha de responder aos munícipes. Referiu que tinha contactado por e-mail, que tinha ido ali e nem ele nem as famílias tinham qualquer garantia a partir do dia 12 de outubro. Considerou que o mínimo seria convocar uma reunião para avaliar a situação, o que já deveria ter sido feito há um ano, quando lá estivera. Acrescentou que não tinha qualquer interesse pessoal em deslocar-se ali.

Salientou que a questão de fundo era a necessidade de haver responsabilização, uma vez que o escrutínio era cada vez maior — e bem, pois só assim as sociedades evoluíam. Acrescentou que não era admissível, em democracia, questionar sobre o desporto e o senhor Vereador dessa área não responder.

Sr. Presidente – Referiu que os eleitos também não tinham de responder a todas as questões colocadas, pois tinham esse direito, tal como todos os demais.

Sr. Mário – Respondeu que, todos tinham direitos, e também deveres, e o dever, conforme já havia referido a senhora Vereadora Sónia, era servir e responder à população. Acrescentou que não iria argumentar em relação àquilo que tinha transmitido das competências. Referiu que poderia dizer que a Associação de Municípios dispunha de duzentos mil euros de orçamento anual em Setúbal e questionou para que serviam esses recursos, afirmando que eram essas entidades que deveriam exercer pressão junto do Governo, fosse ele do PS ou do PSD. Disse estar perfeitamente à vontade, pois não tinha ligação a nenhum partido, e que respeitava todos, incluindo a CDU. Contudo, como cidadão, pretendia condições para a sua família e para viver em comunidade.

Referiu ainda que aquela atitude lhe ficava muito mal e que o senhor Vereador tinha tido uma postura muito incorreta dias antes, perante uma munícipe que estivera presente. Considerou que o senhor Vereador não tinha legitimidade para o mandar calar, comentando que “parecia um miúdo da escola, com dez ou doze anos, a dizer ‘vamos lá para fora’”, o que, segundo ele, não se fazia.

Finalizou dizendo que, se o senhor Vereador não queria responder, ficava registado.

O Sr. Presidente submeteu à votação a aprovação das minutas das deliberações tomadas, as quais foram aprovadas por unanimidade.

Esgotada a ordem de trabalhos, O Sr. Presidente declarou encerrada a reunião quando eram dezanove horas e vinte e sete minutos.

Sempre que se indicou ter sido aprovada em minuta qualquer deliberação, dever-se-á entender ter sido aprovada nos termos e para os efeitos do disposto nos n.ºs 3 e 4 do artigo 57.º da Lei n.º 75/13, de 12 de setembro.

A Sra. Presidente da Câmara,



Maria das Dores Meira

Esta ata foi aprovada na reunião da Câmara de 03 de dezembro de 2025, por unanimidade dos membros presentes na reunião a que respeita, nos termos da deliberação n.º 71A/2025 – Proposta n.º 08A/2025 - GAP, e contém 36 folhas, devidamente numeradas e rubricadas pela Sra. Presidente da Câmara.

Diretor do Departamento de Administração Geral e Finanças,



António Manuel Palhas de Jesus Pereira

Elaborada por:
Aldora Poeira

Conferida por:
Ana Paula Lico

Revista por:
António Palhas